

PALAVRAS PARA LÁ DA PANDEMIA: CEM LADOS DE UMA CRISE

Coord.: José Reis
Um trabalho coletivo do CES

PALAVRAS PARA LÁ DA PANDEMIA: CEM LADOS DE UMA CRISE

Coord.: José Reis
Um trabalho coletivo do CES



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Universidade de
Coimbra - Alta e Sã
inscrita na Lista do Património
Mundial em 2013



PROGRAMA OPERACIONAL COMPETIÇÃO E INOVAÇÃO



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional



Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

PALAVRAS PARA LÁ DA PANDEMIA: CEM LADOS DE UMA CRISE

Coordenador

José Reis

Editor

Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

Revisão Científica

Ana Cordeiro Santos, António Sousa Ribeiro, Carlos Fortuna, João Rodrigues, José Castro Caldas, José Reis, Pedro Hespanha, Vítor Neves

Revisão Linguística

Ana Sofia Veloso, Alina Timóteo

Design e Paginação

André Queda

Julho, 2020

Este trabalho é financiado por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto UIDB/50012/2020.

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade dos/das seus/suas autores/autoras.

ISBN

978-989-8847-25-6

FINANCIAMENTO

Paulo Alexandre Chaves Coimbra

O choque provocado pela pandemia de COVID-19 e a necessidade de estabilizar as economias nacionais forçaram os governos de todo o mundo a tomar medidas extraordinárias e, também assim, a incorrer em défices com precedentes apenas em períodos de guerra. As dívidas públicas atingiram assim novos máximos históricos.

Num contexto em que o Fundo Monetário Internacional prevê que, em 2021, a dívida pública das economias mais avançadas atinja os 120% do Produto Interno Bruto, o debate acerca da sustentabilidade deste endividamento tornou-se incontornável. E não falta quem argumente que Estados sem dinheiro serão inevitavelmente confrontados pelos mercados financeiros privados, que não deixarão de exigir remunerações mais elevadas ao financiamento desta parcela adicional de endividamento, o que acabará por resultar na necessidade de imposição de medidas de austeridade ao setor privado. Mas será assim?

Para um Estado monetariamente soberano, que emite a sua própria moeda, o dinheiro não é um recurso escasso. A principal restrição aos défices orçamentais é a inflação, mas, numa situação histórica como esta, em que o perigo é a deflação, aquela preocupação é extemporânea.

Uma das características diferenciadoras de um regime monetário neoliberal – talvez a mais importante de todas – é a autoimposição, política e institucionalmente construída, da subordinação creditícia do Estado soberano. Estado que concede o monopólio da emissão monetária, hoje inteiramente fiduciária e dependente da sua força legal, a um banco central e, simultaneamente, se exclui da possibilidade

de, junto deste, se financiar diretamente, colocando-se, assim, por escolha, na dependência dos mercados financeiros privados.

Este distópico regime monetário tem beneficiado de uma laboriosamente produzida opacidade, assente em mecanismos que só aparentemente são complexos, para fabricar a subordinação do Estado a interesses particulares e lhes permitir uma injustificada extração de valor.

Contudo, uma sociedade pode sempre pagar o que pode produzir. Enquanto houver desemprego, o Estado pode e deve garantir trabalho. O valor do que é produzido por quem tem acesso a um novo posto de trabalho é a garantia de que é possível pagar-lhe.

Recentemente tornou-se público que o Banco de Inglaterra vai financiar diretamente a política orçamental do Reino Unido. Nada de novo. Trata-se apenas da enésima demonstração de que um Estado monetariamente soberano não necessita dos mercados privados para se financiar numa moeda que ele próprio emite.

Não podemos esquecer-lo nos tempos difíceis que se avizinham.

O tabu da independência da política monetária deve dar lugar à ação articulada de tesouros nacionais e bancos centrais mandatados com o duplo objetivo do pleno emprego e da estabilidade de preços. E o Tesouro deve, a cada momento, poder decidir se se financia nos mercados financeiros privados ou diretamente no banco central e, assim, se a esse financiamento corresponde, ou não, dívida pública. E os governos devem responder por estas opções em eleições.